

Sumário

Número de notícias: 13 | Número de veículos: 10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Senado aprova isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil..... 2

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
SEGURIDADE SOCIAL

Ninguém quer cortar gastos no Brasil (Artigo)..... 5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Taxação de bets e fintechs deve ser votada na 2- quinzena..... 7

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Reforma do Imposto de Renda dará isenção maior para o 13º; entenda o cálculo..... 8

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

O STF e o debate da pejetização nas relações de trabalho..... 10

O ESTADO DE S. PAULO - CULTURA E COMPORTAMENTO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Câmara retoma taxa a valores enviados ao exterior por plataformas..... 11

O GLOBO - RJ - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Proposta contra crise do clima sugere taxar fortunas..... 12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Suprema Corte dos EUA mostra dúvidas sobre tarifaço de Trump..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Inflação do PIB" desacelera e é desafio para arrecadação..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Proposta de redução de gastos tributários avança na Câmara..... 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Copom mantém Selic em 15%..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Governo limita verba para seguro de pescador..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

'Precisamos fazer da floresta uma nova vocação econômica'..... 22

Senado aprova isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil

Gabriela Guido, Caetano Tonet, Ruan Amorim, Renan Truffi e Giordanna Neves

Em uma votação histórica com unanimidade em ambas as Casas legislativas, o Senado aprovou na terça-feira (5) o projeto de lei que amplia a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês. A proposta, uma das principais apostas do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), segue para sanção presidencial.

A medida deve beneficiar 15,5 milhões de pessoas, ao estender para quem recebe até R\$ 5 mil por mês a isenção do tributo e ao dar um desconto parcial para salários até R\$ 7.350. Em contrapartida, a matéria cria um imposto mínimo efeito sobre as altas rendas, começando com quem recebe pelo menos R\$ 600 mil por ano e chegando à alíquota de 10% para rendas a partir de R\$ 1,2 milhão por ano.

A proposta também implementa, a partir de 2026, uma taxa de 10% dos dividendos distribuídos a uma mesma pessoa física em montante acima de R\$ 50 mil mensais. Em relação aos dividendos remetidos ao exterior, a taxa será de 10% sobre qualquer valor distribuído e valerá também para pessoas jurídicas, além de físicas. Atualmente, os dividendos são isentos de IR.

Após a votação, Lula escreveu nas redes sociais que, a partir de agora, "milhões de pessoas" não precisarão mais pagar o IR ou terão imposto reduzido, "garantindo mais dinheiro no bolso". "Quem ganha muito vai contribuir com a sua justa parte. O nome disso é justiça tributária."

Na mesma linha, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), afirmou que a Casa concluiu a votação de um projeto que "estimula o consumo, fortalece o pequeno negócio e contribui diretamente para a geração de empregos". "Reafirma um princípio que deve nortear a política fiscal do país: a progressividade. Quem ganha menos, paga menos, quem pode mais, contribui mais", disse.

O relator da proposta no Senado, Renan Calheiros (MDB-AL), não fez mudanças no conteúdo do texto aprovado pela Câmara dos Deputados para que o texto não voltasse para as mãos do seu rival político, o deputado Arthur Lira (PP-AL). Segundo o emendista,

isso colocaria em risco a aprovação ainda neste ano.

O Imposto de Renda é um tributo que exige anualidade e, por isso, transformações em seu funcionamento precisavam ser aprovadas ainda em 2025 para valer em 2026. "Se tentássemos sanear os problemas, o projeto voltaria à Câmara. Equivaleria devolver a vítima de um sequestro ao cativo original, cujo novo resgate seria impagável e colocaria o sequestrado em risco de

morte", declarou o relator.

Após a votação, a assessoria de Lira divulgou uma nota dizendo que o parecer do deputado foi alvo de politicagem e que a aprovação do texto por unanimidade "reafirmou a consistência do relatório" da Câmara. "A aprovação final do projeto de lei do Imposto de Renda no Congresso Nacional sepulta definitivamente as narrativas construídas sobre premissas falsas e confirma o que sempre esteve evidente: o relatório do deputado Arthur Lira é tecnicamente consistente, fiscalmente neutro e socialmente responsável", diz o texto.

Presente no plenário durante a votação, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, elogiou a atuação de Renan como relator. "[Agradecer] a sensibilidade do senador Renan que conservou o relatório para que não precisasse retornar ainda à Câmara dos Deputados. Isso faz com que a gente garanta a sanção este ano e, portanto, a partir do dia 1º de janeiro, milhões de pessoas, trabalhadores e trabalhadoras, serão beneficiados com a isenção do imposto de renda de quem ganha até R\$ 5 mil e com a redução do imposto de quem ganha de R\$ 5 mil a R\$ 7.300", afirmou a ministra.

Gleisi reforçou que a reforma do IR, promessa de campanha de

Lula, era a principal pauta do governo no Congresso em 2025 e classificou a aprovação como um dia histórico para o país. "Isso se chama justiça tributária. Pela primeira vez, nós vamos ter dividendos tributados no país."

A isenção de IR sobre os dividendos superiores a R\$ 50 mil cuja distribuição seja definida até 2025 - inclusive o estoque de anos anteriores ainda não

distribuído, podendo ser pagos até 2028 - foi um dos motivos que fizeram Calheiros considerar fatiar a proposta.

O parlamentar apresentava dois cálculos divergentes da posição de Lira e do Ministério da Fazenda sobre a neutralidade do projeto: um da Instituição Fiscal Independente (IFI), que aponta uma renúncia líquida de receita de R\$ 1 bilhão por ano, e outro da Consultoria do Senado, que aponta uma perda líquida de R\$ 4 bilhões por ano.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reforçou que a pasta está de acordo com o texto aprovado e defenderá a sanção integral, o que deve ocorrer quando Lula retornar da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), em Belém.

"Da parte da Fazenda não haverá nenhuma manifestação contrária ao que foi aprovado. Estamos de acordo com as alterações e vamos encaminhar à sanção integral", disse o ministro.

Apesar da anuência da Fazenda com o texto elaborado por Lira, Renan insiste que a proposta tem impacto fiscal e por isso trabalha para avançar com um projeto de lei que aumenta a tributação de bets, bancos e fintechs para compensar esse déficit.

"Aprovar o projeto como veio, acomodar emendas apenas de redação e propor um projeto autônomo, onde esperamos atalhar os equívocos herdados. Este projeto busca sanar as imperfeições, as inconstitucionalidades e os jabutis, garantindo o equilíbrio fiscal e corrigindo as distorções", afirmou o senador.

A proposta, que retoma pontos da medida provisória (MP) com alternativas à alta do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que a Câmara deixou caducar, dobra a tributação de casas de apostas, passando de 12% para 24%, e aumenta a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de diversas instituições financeiras. A alíquota passaria de 15% para 20% no caso de bancos e sociedades de crédito, financiamento e investimento, e de 9% para 15% para fintechs, distribuidoras de valores mobiliários e corretoras.

Como antecipou o Valor, a proposta de Renan, relatada pelo líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), tem forte resistência, tanto entre senadores quanto entre deputados.

A dificuldade em avançar com o projeto foi tema de uma reunião nesta quarta-feira entre Alcolumbre, Braga e Haddad.

A cúpula do Congresso levou ao ministro a cobrança para que Fazenda, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), a **Receita Federal** e o Banco Central adotem medidas para combater bets irregulares e a lavagem de dinheiro através de fintechs.

O Ministério da Fazenda, segundo Renan, que preside a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde o projeto tramita, pediu que a votação da matéria, marcada para a próxima quarta-feira (11), fosse adiada por uma semana, para o dia 18 de novembro.

Apesar da cautela do governo, Gleisi defendeu o projeto do emedebista. "Nós temos muita simpatia por esse projeto, achamos que é um bom projeto. Ele repõe na realidade o que tinha na nossa MP e vai um pouco além. Temos simpatia, se isso for aprovado no Senado, nós vamos esforço para que seja aprovado na Câmara", declarou a ministra.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Reforma do IR

Novas regras já valem para 2026



Objetivo: Desonerar rendas baixas e médias, com compensação sobre altas rendas e dividendos

	Como Era Antes	Como fica com a reforma
Faixa de Isenção do IRPF	Isenção para quem recebe até R\$ 3.036 mensais (equivalente a dois salários mínimos)	Isenção ampliada para R\$ 5 mil mensais
Desconto progressivo	Aplicação da tabela atual com faixas de 7,5%, 15%, 22,5% e 27,5%	Desconto parcial para rendas até R\$ 7.350, reduzindo gradualmente o imposto devido
Tributação sobre Altas Rendas	Lucros e rendas muito altas não tinham um imposto mínimo específico	Cria imposto mínimo efetivo de até 10% sobre rendas a partir de R\$ 1,2 milhão por ano
Taxação de Dividendos (pessoas físicas)	Isentos desde 1996	10% de IR sobre dividendos acima de R\$ 50 mil/mês recebidos pela mesma pessoa física
Taxação de Dividendos ao exterior	Isentos	10% sobre qualquer valor, para pessoas físicas e jurídicas
Dividendos apurados até 2025	Isentos	Isenção preservada também para dividendos aprovados até 2025, mesmo que pagos até 2028

Fonte: elaboração própria, com dados do projeto

Ninguém quer cortar gastos no Brasil

(Artigo)

Felipe Salto

Felipe Salto ECONOMISTA-CHEFE DA WARREN INVESTIMENTOS, FOI SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO E O PRIMEIRO DIRETOR-EXECUTIVO DA IFI

Omais recente episódio da saga para dilapidar as contas públicas ocorreu nesta semana, no Congresso Nacional.

Aprovou-se medida para blindar uma parte dos gastos da Defesa Nacional, afastando-se as chamadas regras fiscais.

Em paralelo, há um cardápio de propostas a serem aprovadas, com urgência, sem as quais o governo terá de mudar a meta fiscal de 2026. Não se verifica nem um fiapo do vigor presente na defesa dessa nova contabilidade criativa nos gastos com Defesa quando se trata de apoiar a agenda do ajuste.

Para ter claro, a blindagem dos R\$ 33 bilhões de gastos com programas e ações orçamentários na área de Defesa Nacional é um escárnio. Fere a lógica básica do novo arcabouço fiscal (Lei Complementar n.º 200/2023) e comprova que, na hora do vamos ver, ninguém está disposto a cortar gastos.

Serão R\$ 3 bilhões, em 2025, e R\$ 5 bilhões ao ano, por seis anos, contabilizados por fora das regras de resultado primário (receitas menos despesas, sem contar os juros da dívida) e do limite de gastos. De que adianta criar regras mirabolantes - e até sofisticadas - se elas não valem para todos?

Pode-se argumentar que seriam valores baixos, sobretudo se nos lembrarmos de que o Orçamento-Geral da União já se aproxima dos R\$ 2,5 trilhões (sem considerar o gasto com o refinanciamento da dívida pública e os juros). O problema é que a experiência recente (2009 a 2014) mostra com clareza: a contabilidade criativa começa, justamente, aos poucos.

Come-se pelas beiradas e, quando se apercebe, Inês já está enterrada.

A Instituição Fiscal Independente (IFI) mostrou, com propriedade: há R\$ 43,3 bilhões em gastos públicos

por fora das regras, em 2025, volume que saltará para R\$ 72,3 bilhões no ano que vem.

O grosso dessa conta deriva da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que obrigou o pagamento de precatórios caloteados no governo passado, mas permitiu que um naco não sensibilizasse as regras em vigor.

Por outro lado, outras medidas menores, à primeira vista, vão aparecendo e se acumulando.

Despesas para saldar as dívidas decorrentes das fraudes do **INSS**, recursos para agir contra o tarifaço de Trump e, a novidade, gastos com Defesa blindados.

A responsabilidade fiscal é um preceito básico para as administrações públicas. Sem ela, não se pode alcançar desenvolvimento e prosperidade. É difícil promovê-la e praticá-la, porque as tentações são múltiplas e vivem atazanando Ulisses, enquanto ele se esfalfa para não deixar desamarrarem seus braços do mastro do navio.

É muito mais fácil para um parlamentar faturar politicamente aumentos de despesas, do que defender o respeito ao dinheiro público e sua aplicação eficiente e eficaz. Esse oportunismo, não custa lembrar, sempre houve. A diferença é que, antes, havia, igualmente, lideranças de peso prontas para levantar a bandeira da responsabilidade fiscal. Hoje, a terra é (quase) arrasada nesse aspecto.

O Congresso deveria compreender que o País caminha para um quadro fiscal preocupante.

A dívida pública é 20 pontos percentuais do Produto Interno Bruto (**PIB**) maior do que a média observada nos países em mesmo estágio de desenvolvimento.

O déficit público, incluídos os gastos com juros, já superou os 8% do **PIB** no acumulado em 12 meses até setembro, segundo dados do Banco Central.

Não se trata de uma situação de insolvência. Aliás, talvez, por isso, eles sigam operando no fio da navalha. A verdade é que o grau de rigidez orçamentária - cuja contrapartida é a proteção inabalável de programas ineficientes e de ralos pelos

quais escoam rios de dinheiro público - combina-se ao dribble das regras fiscais para compor um quadro de descontrolo. Curiosamente, não se fala sobre o quão antidemocrático é esse conjunto de procedimentos baseados em legislações fracassadas ou ultrapassadas.

Ou bem avançamos com uma reforma fiscal e orçamentária, para valer, ou o País caminhará a passos largos para o vinagre.

Já avançamos muito no debate sobre o futuro das contas públicas. É hora de colocar em prática.

Veja-se que as agendas para alçar o País ao grupo dos desenvolvidos, ampliando nossas possibilidades de crescimento económico e reduzindo desigualdades, ficam em segundo plano.

Como debater o meio ambiente, a transição energética, os investimentos em infraestrutura, a reindustrialização, o futuro do mercado de trabalho, a inteligência artificial e tantos outros temas fundamentais, se não somos capazes de entregar um Orçamento que pare de pé?

Neste momento, por exemplo, o Congresso tem o poder de aprovar medidas fundamentais propostas pelo Executivo ou por sua base: cortes em benefícios tributários (projeto do deputado José Guimarães), mudanças no seguro-defeso (MP n.º 1.323), aumento de tributação sobre as bets e fintechs (projeto do senador Renan Calheiros) e outros.

A disposição para o ajuste fiscal parece ser inversamente proporcional ao discurso oficial de certas lideranças. A oportunidade para demonstrar que este articulista está errado está aí. Vamos à prova dos nove, nestes cerca de 40 dias úteis que o Legislativo ainda terá em 2025. I

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Taxação de bets e fintechs deve ser votada na 2- quinzena

CAMILA TURTELLI, BERNARDO LIMA ETHAÍS BARCELLOS

O projeto que aumenta a tributação sobre bets, fintechs e bancos deve ser votado apenas na segunda quinzena de novembro. A informação foi dada pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL), autor da proposta, após a aprovação no Senado da ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5.000. Segundo

Renan, o adiamento atende a um pedido do Ministério da Fazenda, que solicitou mais tempo para discutir detalhes técnicos e políticos do texto.

- (O projeto de) Bets não vai ser semana que vem, só na outra, porque a Fazenda pediu um tempo a mais para discutir -disse o senador.

A ideia é retomar o aumento da tributação de bets e fintechs previsto na MP alternativa ao IOF, que caducou após a Câmara tirar o texto de pauta no dia do vencimento.

O projeto é relatado pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM) e prevê aumento da contribuição sobre a receita bruta das apostas online, de 12% para 24%, que seriam divididos em 12% para a **seguridade social**, ações na área de saúde, e o restante para educação, segurança, esportes, entre outras áreas.

O senador também estabelece no texto que os 12% destinados à **seguridade social** serão usados, de forma parcial ou integral, de 2026 a 2028, para compensar efeitos da **reforma tributária** da renda para estados e municípios, no que se refere a possíveis perdas de arrecadação.

O projeto prevê elevação

da alíquota da CSLL cobrada de fintechs e fala em supressão da faixa mais baixa de cobrança de CSLL, de 9%, e transferência para as alíquotas maiores, de 15% e 20%.

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Sem Partido-AP), disse que o adiamento da votação das bets não trará prejuízo ao cronograma fiscal e que a proposta será apreciada nas próximas semanas.

-A apreciação do projeto do senador Renan não traz nenhum prejuízo. Vai ser votado, vai ser votado. A lei vai ser adicionada, ao menos com previsões já usadas na Câmara -disse Randolfe.

A Fazenda tem interesse em calibrar os impactos da proposta, que prevê arrecadação adicional de R\$ 18 bilhões em três anos. O ministério avalia que a aprovação das bets consolidará o pacote tributário desenhado pelo governo para equilibrar as contas públicas após a expansão da isenção do IR.

Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reuniu com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e com Braga para tratar do projeto que eleva taxa de bets e fintechs.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Reforma do Imposto de Renda dará isenção maior para o 13º; entenda o cálculo

Gabriela Cecchin

A proposta de reforma do IR (Imposto de Renda) aprovada pelo Congresso vai aumentar o valor final do 13º salário de quem ganha até R\$ 7.350. O projeto amplia a faixa de isenção mensal para R\$ 5.000. Hoje, essa faixa é de até R\$ 2.428,80 mensais, mas a **Receita Federal** aplica automaticamente um desconto simplificado de R\$ 607,20 que zera o IR de quem ganha até dois salários mínimos (R\$ 3.036 em 2025).

Como o 13º salário tem tributação exclusiva na fonte (não é somado a outros ganhos do trabalhador), o impacto aparece de forma direta no valor líquido pago em dezembro. Mas esse impacto só será sentido pelo trabalhador no 13º do ano que vem, já que a reforma do IR estabelece que as mudanças valerão apenas a partir de 1º de janeiro de 2026.

O 13º salário é tributado separadamente do rendimento mensal. Isso quer dizer que o desconto do IR é feito apenas sobre o valor do 13º, sem somar com os salários recebidos no mês ou no ano.

"No salário regular, desconta plano de saúde, plano odontológico, vale transporte e vale alimentação, que não tem no 13º. Então geralmente, no salário do mês, você recebe um valor menor, porque tem todos esses descontos", diz Welinton Mota, diretor tributário da Confirp.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O benefício anual é dividido em duas parcelas, uma paga de fevereiro a novembro e a outra até dia 20 de dezembro, segundo o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego).

"Na primeira parcela do 13º não há desconto de imposto, pois ela representa apenas um adiantamento. A segunda parte desconta o IR, as contribuições ao **INSS** e eventuais deduções legais, como pensão alimentícia e dependentes", explica Márcia Ribeiro, advogada especialista em direito trabalhista e previdenciário.

Com o aumento da isenção , não haverá mais

retenção do IR sobre o 13º de quem ganha até R\$ 5.000, e haverá desconto parcial para rendas intermediárias, de até R\$ 7.350. Acima desse valor, o desconto permanece igual ao atual.

Na prática, isso significa que trabalhadores com salário de R\$ 3.036,01 até R\$ 5.000 deixarão de ter qualquer retenção sobre o 13º.

Muitas famílias contam com o 13º para pagar despesas de início de ano -como matrícula e material escolar , IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) e IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores).

"Ter o 13º sem desconto de imposto permite que o trabalhador use o valor integral para organizar o orçamento e começar o ano com menos aperto", afirma Andressa Gomes, especialista em gestão tributária da Fipecafi (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras).

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 1º de outubro e no Senado nesta quarta-feira (5) zera o imposto na fonte para todos os trabalhadores que ganham até R\$ 5.000, e estabelece que, para rendas de R\$ 5.000,01 a R\$ 7.350, será aplicada uma fórmula para amenizar o desconto, aos poucos: quanto maior a renda, menor será a vantagem trazida pela reforma. Quem ganha mais do que R\$ 7.350 não terá redução de imposto.

O IR é calculado sobre a base tributável do trabalhador, ou seja, o salário bruto menos o desconto da contribuição previdenciária ou o desconto simplificado padrão, o que for mais vantajoso.

A especialista Andressa Gomes ressalta que a isenção é restrita ao salário mensal fixo, e não vale para rendas adicionais. "Se o trabalhador tiver outras fontes de renda, como um segundo emprego ou serviços prestados como autônomo, o valor total será somado e tributado normalmente", explica.

Para Andressa, a proposta representa uma correção histórica de distorções na cobrança do imposto sobre a renda. "Essa discussão é muito antiga. A faixa de isenção do Imposto de Renda ficou congelada por anos, e o que tivemos recentemente foi apenas uma correção, não uma isenção de verdade. Agora, sim,

estamos falando de uma medida que pode corrigir parte da regressividade tributária", afirma.

Ela diz que a regressividade -quando os mais pobres pagam proporcionalmente mais **impostos** que os mais ricos- sempre foi uma das principais críticas ao modelo brasileiro. Segundo a professora, a nova faixa de isenção "é muito bem-vinda" porque alivia o peso tributário sobre quem tem renda mais comprometida com o consumo.

"Hoje, uma pessoa que ganha R\$ 5.000 tem cerca de 70% a 80% da renda absorvida por despesas básicas. A isenção dá um fôlego e aumenta a capacidade de consumo, especialmente das famílias de média e baixa renda", diz.

Para compensar a perda com a arrecadação, a reforma do IR cria um imposto mínimo de 10% sobre a alta renda. O alvo são 141,4 mil contribuintes pessoas físicas que recolhem, em média, uma alíquota efetiva de 2,5% sobre seus rendimentos totais, incluindo distribuição de lucros e dividendos.

O imposto mínimo será cobrado progressivamente de quem ganha a partir de R\$ 50 mil mensais (cerca de R\$ 600 mil anuais), sempre que o contribuinte estiver pagando menos do que o piso estabelecido. O mínimo de 10% vale para rendas a partir de R\$ 1,2 milhão ao ano, e a cobrança será feita pela diferença: se o contribuinte já recolheu 2,5%, o imposto devido será equivalente aos outros 7,5%.

Como a nova lei terá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026, mesmo após a aprovação final no Congresso a tabela do Imposto de Renda de 2025 não mudará e os descontos aplicados na fonte sobre aposentadorias e salários seguirão os mesmos até dezembro deste ano.

A primeira faixa da tabela do IR foi reajustada em 7,51% no dia 1º de maio. O limite de isenção anterior, que foi válido até o final de abril, era de R\$ 2.259,20.

Além do limite de isenção, de R\$ 2.428,80, há ainda o desconto simplificado mensal de R\$ 607,20 para isentar quem ganha até dois mínimos.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/11/reforma-do-imposto-de-renda-dara-isencao-maior-para-o-13o-entenda-o-calculo.shtml>

O STF e o debate da pejetização nas relações de trabalho

Opinião - Correio Braziliense +

Por Nasser Ahmad Allan* - Nos últimos meses, o Supremo Tribunal Federal vem protagonizando novo capítulo no processo de flexibilização do Direito do Trabalho, com decisões que mitigam a proteção social assegurada pela Constituição. Um exemplo é a suspensão das ações trabalhistas que discutem a validade da pejetização, determinada pelo ministro Gilmar Mendes.

O termo, cada vez mais comum, designa a substituição do contrato tradicional - firmado com a pessoa física - por outro, em nome de pessoa jurídica pertencente ao próprio trabalhador. Assim, o empregado Fulano de Tal passa a ser contratado como Fulano de Tal MEI. Essa mudança não é meramente formal: altera a natureza jurídica da relação, que deixa de ser regida pelo Direito do Trabalho e passa ao Direito Civil.

Enquanto o empregado celetista tem direito a férias, 13º salário, FGTS e adicionais, o pejetizado recebe apenas o que consta no contrato. A vantagem aparente de menor tributação traz prejuízo não só ao trabalhador, mas também à Previdência e à **Receita Federal**. Um exemplo: recebendo dois salários mínimos (R\$ 3.036,00), um empregado e seu empregador recolheriam juntos R\$ 868,65 ao **INSS**; como MEI, o recolhimento cai para R\$ 75,90 - diferença de 1.150% em desfavor da Previdência.

Embora nem todo contrato de pessoa jurídica seja fraudulento, há fraude quando, presentes os requisitos do vínculo empregatício (pessoalidade, subordinação, não eventualidade e onerosidade), a relação é mascarada sob aparência civil. Mesmo assim, parte dos ministros do STF tem sinalizado preferência pela objetividade contratual, ou seja, pela validade formal do contrato, ainda que contrarie a realidade.

Esse entendimento já incentiva anúncios de vagas para funções típicas de emprego - como assistentes administrativos - em regime PJ, com jornadas de 40 a 44 horas e salários de 2 a 4 mil reais. O que antes seria visto como violação flagrante de direitos começa a se normalizar, à espera da chancela do STF para institucionalizar a fraude.

Segundo a PNAD Contínua, o rendimento médio do

trabalhador no quarto trimestre de 2024 foi de R\$ 3.343,00, valor compatível com o enquadramento como MEI. Assim, eventual decisão do Supremo conferindo legalidade irrestrita à pejetização reduzirá em pelo menos 20% os custos de folha, apenas pela dispensa da contribuição patronal ao **INSS**. Tal cenário tornaria o contrato CLT exceção, esvaziando o alcance do Direito do Trabalho.

Além de ampliar a precarização, a medida ameaçaria o equilíbrio financeiro da Previdência, diante da migração massiva de vínculos celetistas para contratos pejetizados. O resultado provável é a corrosão da proteção social e o enfraquecimento estrutural do trabalho formal no Brasil.

Advogado e doutor em direito pela UFPR*

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - DF

O STF e o debate da pejetização nas relações de trabalho

Site: <https://www.correiobraziliense.com.br/direito-e-justica/2025/11/7286537-o-stf-e-o-debate-da-pejetizacao-nas-relacoes-de-trabalho.html>

Câmara retoma taxa a valores enviados ao exterior por plataformas

Previsão do parecer anterior ampliava a isenção de **tributos**; casa aprovou texto final e projeto segue para o Senado

A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, 5, uma emenda que altera o texto-base do projeto de lei que regulamenta o serviço de streaming do País. Por 325 votos a 94, os parlamentares decidiram derrubar a isenção da Condecine Remessa, a taxa aplicada a valores enviados ao exterior decorrentes da prestação de serviços de streaming audiovisual ao mercado brasileiro.

As alterações foram aprovadas por meio de uma emenda aglutinativa apresentada pelo próprio relator, Dr. Luizinho (PP-RJ). Foi costurado um acordo para a votação da nova redação em troca da retirada de alguns destaques - pedidos de deputados para que fossem votados, em separado, trechos específicos do texto, visando a supressão ou o acréscimo dos mesmos. A Câmara aprovou o texto final, e o projeto vai ao Senado.

O texto-base aprovado na noite de terça, 4, previa a isenção da Condecine Remessa a valores enviados ao exterior decorrentes da prestação de serviços de streaming audiovisual ao mercado brasileiro. A emenda aglutinativa aprovada no plenário da Câmara derrubou tal isenção, ou seja, retomou a incidência da Condecine Remessa.

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados determina a cobrança de até 4% de Condecine (Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional) para os serviços de vídeo sob demanda, ou seja, serviços de streaming audiovisual cujos conteúdos são selecionados pelo provedor do serviço e organizados em catálogo. Aversão aprovada atinge empresas como Netflix, Prime Video, Globoplay e Disney+.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Proposta contra crise do clima sugere taxar fortunas

A presidência da divulgou ontem um relatório que detalha sua proposta para elevar para US\$ 1,3 trilhão o financiamento de países ricos aos pobres na luta contra a crise do clima. O documento é o primeiro esboço sobre como chegar a esse número por medidas diversas, entre elas elevar o volume de doações, baratear o crédito e renegociar ou perdoar dívidas -ele também listou formas de taxaço sugeridas por governos e entidades, como impostos sobre grandes fortunas, taxaço dos setores de transporte aéreo e naval e tributação de produtos de luxo.

Feito junto com a presidência da COP29, realizada em 2024 no Azerbaijão, o relatório de 80 páginas batizado de "Baku to Belem Roadmap to 1.3T" (Mapa do Caminho de Baku a Belém para 1,3T), decompõe em vários tópicos uma possível trilha para chegar a essa cifra até 2035. A proposta, revelada na véspera da Cúpula de Líderes que antecede em Belém, aponta cinco possíveis frentes de atuação necessárias para ampliar fontes de financiamento, sejam elas públicas ou privadas. Numa segunda parte, mostra quais finalidades devem receber os recursos mobilizados, seja na frente da mitigação (corte de emissões de CO2) ou da adaptação (adequação da sociedades aos impactos do clima).

O Roadmap não é, por enquanto, um documento sendo tratado na agenda oficial das COPs. Como não foi submetido ainda à apreciação geral, também é um tanto vago quando fala sobre como colocar em prática as ações sugeridas. A proposta foi encomendada porque, na COP 29 (que tinha esse assunto na pauta), as metas quantificadas para financiamento global ficaram aquém da expectativa e das necessidades dos países em desenvolvimento.

Um montante de US\$ 300 bilhões anuais acordado em Baku foi considerado insuficiente para as necessidades apontadas pelas nações mais pobres, que já sofrem com impactos do aquecimento. Brasil e Azerbaijão se comprometeram a se sentar juntos, então, para desenhar uma proposta de solução. Montaram uma equipe técnica que coletou sugestões de outros membros do Acordo de Paris para o clima ao longo do ano e construiu uma proposta.

Apesar da abstração com que o tema é tratado, o Roadmap já inclui alguns números sobre de onde

pode sair o dinheiro, que hoje flui num volume menor até do que o acordado em Baku. O valor atual está entre US\$ 115 bilhões e US\$ 200 bilhões, dependendo do critério e da fonte adotada.

Dados do painel do clima da ONU (IPCC) e da Agência Internacional de Energia (IEA) embasam a proposta de como o US\$ 1,3 trilhão a ser levantado deve ser distribuído, dividindo-o por setores e por regiões do mundo. O grosso do valor deve surgir por meio de negociações envolvendo os grandes bancos multilaterais de desenvolvimento, como o Banco Mundial e o BID. Países em desenvolvimento, no entanto, afirmam que empréstimos tomados com juros a taxas de mercado não devem ser contabilizados como ajuda climática.

Presidente da , André Corrêa do Lago afirma que, com as contribuições externas feitas ao documento, ficou claro também o tamanho do problema do endividamento, que prejudica a captação de crédito, particularmente dos países menos desenvolvidos e das nações-ilha, que são mais vulneráveis.

- Essa é realmente uma grande preocupação. E acredito que o lado positivo é que já existem algumas iniciativas funcionando muito bem -disse. -Nossas recomendações estão ligadas ao fato de sabermos que isso já é possível e já está acontecendo. É uma questão de escala, como na maioria das coisas que mencionamos.

"PRECISAMOS DE RECURSOS"

Também ontem, no Fórum de Líderes Locais promovido pela Bloomberg Philanthropies, no Rio, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, reforçou a demanda por financiamento para o combate às mudanças climáticas. O pedido foi ecoado pelo governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), e o ministro das

Cidades, Jader Filho (MDB), que participaram do mesmo painel que Marina no evento pré-COP30.

- Nós já temos a maior parte das respostas técnicas. Precisamos do compromisso ético para transformá-las em ação. Para isso, precisamos de recursos financeiros, públicos e privados, recursos humanos e recursos tecnológicos -avaliou a ministra.

Segundo a chefe do Meio Ambiente, a lógica de "pensar globalmente, atuar localmente", propagada no início da década de 1990, já não se aplica.

-Naquela época, a ciência alertava para o fato de que, se não fizéssemos o dever de casa, iríamos viver o que estamos fazendo hoje. Aqueles que já estão sendo afetados pelas mudanças do clima não têm mais como resolver o problema localmente, sobretudo porque não têm recursos tecnológicos, financeiros e muitas vezes humanos -argumentou.

Prefeitos e governadores do Brasil e de todo o mundo falaram, nos últimos dias, sobre iniciativas locais voltadas para a transição climática. Eduardo Paes, que já presidiu o grupo C40, foi o anfitrião do encontro.

-O grande debate desses dias aqui é sobre como transformar a poesia em verba. O Sul Global precisa de recursos -indicou o prefeito do Rio ao sintetizar as demandas do fórum.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Suprema Corte dos EUA mostra dúvidas sobre tarifaço de Trump

A Suprema Corte dos Estados Unidos deu início ontem ao julgamento da constitucionalidade das amplas tarifas impostas pelo presidente Donald Trump, em abril, a produtos de vários países. No primeiro dia de audiências, em uma sessão de duas horas e meia, a sinalização foi de ceticismo com os argumentos da Casa Branca. O colegiado tem nove juízes, sendo a maioria de tendência conservadora, indicada por presidentes republicanos.

Alguns dos juízes deram a entender que Trump pode ter extrapolado sua autoridade com o tarifaço. Três membros da ala conservadora da Corte questionaram o uso da lei de poderes emergenciais para arrecadar bilhões de dólares em tarifas por mês. Mas a decisão só deve sair no fim do ano.

Houve manifestações na porta do tribunal.

CONTESTAÇÃO DE PODERES

O presidente da Suprema Corte, o conservador John Roberts, indicado pelo republicano George W. Bush, afirmou que as tarifas eram uma "imposição de impostos aos americanos, e que isso sempre foi uma prerrogativa central do Congresso". Neil Gorsuch, indicado por Trump no primeiro mandato, sinalizou que poderá votar contra o presidente.

Uma derrota de Trump seria a mais significativa contestação da Suprema Corte aos amplos poderes reivindicados pelo presidente, enfraqueceria a principal ferramenta geopolítica da Casa Branca e poderia resultar em mais de US\$ 100 bilhões em reembolsos do Tesouro aos importadores que já arcaram com as tarifas.

Os três juízes da Corte indicados por democratas também expressaram dúvidas sobre a legalidade das tarifas.

O caso diz respeito às chamadas "tarifas recíprocas", anunciadas em 2 de abril, que variam de 10% a 50% e incidem sobre a maior parte dos produtos importados pelos

EUA. Trump afirma que elas são necessárias para reduzir o déficit comercial dos EUA. As discussões abrangem ainda as sobretaxas impostas a Canadá, México e China, por causa do tráfico de fentanil.

Trump argumenta que as tarifas são autorizadas pela Lei Internacional de Poderes Econômicos de Emergência (leopa, pela sigla em inglês), de 1977, que concede ao presidente diversas ferramentas para lidar com questões de segurança nacional, política externa e economia. A leopa não menciona tarifas entre esses poderes, embora uma cláusula permita ao presidente "regular" a importação de bens em resposta a uma crise.

Na sessão, o juiz Gorsuch demonstrou preocupação como alcance da interpretação do governo, segundo a qual o Congresso teria delegado sua autoridade constitucional sobre tarifas ao presidente:

- Com base nessa lógica, o que impediria o Congresso de simplesmente abdicar de toda responsabilidade de regular o comércio exterior, ou até de declarar guerra, em favor do presidente?

O juiz Roberts indicou considerar o caso como regido pela "doutrina das grandes questões", que foi usada repetidamente para bloquear a agenda do governo anterior, de Joe Biden. Por essa doutrina, agências federais precisam de autorização do Congresso para tomar medidas de grande impacto econômico ou político.

- A justificativa está sendo usada para obter o poder de impor tarifas sobre qualquer produto de qualquer país, em qualquer valor por qualquer período - disse. - Parece um poder de grande magnitude.

A Corte analisa duas ações judiciais movidas por pequenas empresas, além de um terceiro processo apresentado por 12 procuradores-gerais de estados democratas. Três tribunais inferiores já consideraram as tarifas ilegais.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"Inflação do PIB" desacelera e é desafio para arrecadação

Giordanna Neves

O deflator do Produto Interno Bruto (**PIB**), estimativa de **inflação** das contas nacionais, vem desacelerando e trazendo novos desafios para as contas do governo federal em 2025 e em 2026. Cada variação de 1 ponto percentual no deflator impacta a arrecadação total, para cima ou para baixo, entre R\$ 23 bilhões e R\$ 25 bilhões, segundo cálculos de economistas. Na prática, a diferença entre o deflator previsto para 2025 (6,44%) e 2026 (5,29%) pelo governo, conforme consta no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) enviado ao Congresso, implicaria em queda entre R\$ 26,5 bilhões e R\$ 28,7 bilhões na arrecadação no ano que vem. Considerando as projeções dos economistas para o deflator, o impacto pode ser ainda maior.

Embora a **inflação** alta reduza o poder de compra e desgaste a popularidade do governo, ela teve efeito positivo sobre as contas públicas nos últimos anos. Isso porque a alta de preços elevou o deflator do **PIB** e a arrecadação nominal.

Diferentemente do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que capta a **inflação** ao consumidor, o deflator reflete a variação de preços de toda a economia e, por isso, é mais relevante para avaliar o impacto da **inflação** sobre as receitas federais. Em geral, o deflator costuma superar o IPCA, especialmente em períodos de alta do dólar, já que os Índices Gerais de Preços (IGPs) - que medem a variação em diferentes setores da economia - tendem a subir mais e puxam o indicador para cima.

Esse efeito do deflator sobre a arrecadação se explica pelo fato de os **tributos** incidirem sobre bases nominais, como salários e lucros. Quando os preços sobem, essas bases aumentam mesmo sem crescimento real da economia, elevando a arrecadação. O impulso inflacionário, somado às medidas aprovadas para reforçar a arrecadação, ajudou a manter a receita líquida em torno de 18,5% do **PIB** nos últimos anos, segundo o economista Ítalo Franca, chefe de política fiscal do Santander. Em 2022, por exemplo, quando o governo central registrou superávit de 0,5% do **PIB**, o deflator aumentou 8,5%.

As estimativas de Franca indicam que, para cada variação de 1

ponto no deflator, a arrecadação total varia cerca de R\$ 25 bilhões. Para 2026, o economista projeta deflator de 3,9%, abaixo dos 5,3% embutidos no PLOA, que considera um crescimento nominal do **PIB** de 7,9%. Essa diferença de 1,4 ponto no deflator implicaria em impacto negativo de aproximadamente R\$ 35 bilhões na receita prevista para o próximo ano.

O economista reconhece que, desde 2023, houve aumento relevante de receitas - equivalente a pelo menos 1 ponto do **PIB** -, impulsionado por medidas de aumento da arrecadação, mas também pela **inflação** e pelos preços elevados das commodities. No entanto, alerta que o desafio será maior em 2026. "A gente teve as medidas, foram importantes e elas foram potencializadas por esse deflator mais alto. Agora, isso começa a ter um efeito um pouco desfavorável no curto prazo, sem contar a desaceleração do **PIB**", diz.

O economista da XP Tiago Sbardelotto calcula que cada 1 ponto de **inflação** impacta a receita total em 23 bilhões e a receita líquida (descontando as transferências) em R\$ 18,5 bilhões. Para fins de análise, ele assume uma composição de **inflação** combinando IGP-DI e IPCA.

Conforme as projeções da XP, a queda do deflator implícito - de 5,7% em 2025 para 4,8% em 2026 - resultaria em perda de cerca de R\$ 20 bilhões em arrecadação em 2026. "É o segundo fator mais relevante para a arrecadação, perdendo apenas para atividade", afirma Sbardelotto. Ele estima que a desaceleração do **PIB** pode reduzir a receita total em R\$ 30 bilhões e a líquida em R\$ 24 bilhões.

Os impactos na arrecadação, no entanto, já devem ter reflexos em 2025. Segundo Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos, a queda da **inflação** medida pelo Índice de Estimativa de Receita (IER) - composto por 45% de IPCA e 55% de IGP-DI - deve resultar em perda de aproximadamente R\$ 22,1 bilhões na arrecadação total este ano. Ele usou as próprias premissas que constam no anexo de riscos fiscais do Orçamento.

Franca, do Santander, também observa que a desinflação pode

exigir recomposição de receitas já este ano, ainda que não comprometa objetivo de meta de déficit zero.

"Ainda tem uma parte do ajuste para vir por conta da arrecadação. Nós teremos receitas extraordinárias importantes, mas essa parte cíclica pode reforçar a necessidade dessas medidas e pode precisar de novas", aponta.

O IGP-M nos 12 meses referentes à média do primeiro semestre foi de 7,3%, influenciado por preços internacionais e taxa de câmbio mais alta. Para o segundo semestre, porém, Franca projeta forte desaceleração, com avanço de apenas 1,6%. A previsão indica que o índice deve encerrar o ano em terreno negativo, próximo de -0,5%.

Um deflator mais baixo também reduz o **PIB** nominal, o que aumenta a pressão sobre a relação Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) em proporção ao **PIB**. Sbardelotto, da XP, explica que essa pressão se dá por dois canais: pelos efeitos indiretos da queda na arrecadação e pelos efeitos diretos do menor crescimento do denominador da equação dívida/**PIB**. "Nesse caso, tudo o mais constante, cada ponto a menos de deflator significa 0,8 ponto a mais na relação dívida/**PIB**", afirmou.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Proposta de redução de gastos tributários avança na Câmara

Lu Aiko Otta

Um dos itens do pacote fiscal do governo para 2026, o projeto que reduz gastos tributários em 10% recebeu parecer favorável do deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE) na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, com apenas uma alteração pontual. No entanto, a tendência é que seja fundida com outra proposta, de autoria do próprio Benevides, que trata do mesmo tema.

Ambas propõem reduzir os gastos tributários em 10%, mas são diferentes na forma de implementação e na base a ser atingida. Há ainda uma terceira matéria sobre o tema, relatada pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Gastos tributários são descontos ou isenções de **impostos** que servem para estimular setores específicos da economia. São renúncias de receita, ou seja, dinheiro que o governo deixa de arrecadar, cujo montante atingiu R\$ 564 bilhões, ou 4,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2024. Reduzir essa conta de "nãoarrecadação" é apontado como item prioritário no governo e no Congresso, em meio a esforços para equilibrar Orçamento.

O projeto que recebeu o parecer favorável é a proposta do Palácio do Planalto, protocolada pelo líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PTCE). Ela deixa de fora a redução de alguns benefícios, como o Simples e entidades sem fins lucrativos. O texto especifica quais benefícios seriam objeto da redução. A medida atingiria também o regime de apuração de **impostos** com base em lucro presumido, que proporciona alguma redução em relação ao regime de lucro real.

Já o projeto de Benevides propõe uma redução de 10% não só nos benefícios tributários, que são o objeto do texto de Guimarães, mas também os creditícios e financeiros. O texto apenas estabelece a redução desses gastos em pelo menos 5% em 2025 e 5% em 2026, deixando a critério do governo como atingir esse montante.

Assim, a proposta do governo proporcionaria receitas adicionais de R\$ 19,76 bilhões em 2026, a de Benevides, por ser mais ampla, produziria impacto da ordem de R\$ 34 bilhões.

Uma crítica que os técnicos do governo fazem ao projeto de Benevides é que ele não seria efetivo para reduzir os gastos tributários, porque não especifica quais seriam atingidos.

Ao Valor, Benevides disse que a tramitação da proposta de sua autoria está mais adiantada, já que teve pedido de urgência aprovado, para ser apreciado em plenário. Falta designar um relator.

Já a proposta do governo tramita nas comissões temáticas. A expectativa é que o relatório de Benevides para o projeto seja votado na Comissão de Finanças e Tributação na próxima quarta-feira (12). Depois dessa etapa, a proposição possivelmente será fundida com a de Benevides.

Questionado sobre a divergência técnica quanto à efetividade de sua proposta, o deputado disse que, se necessário, correções poderão ser feitas. Isso dependerá do relator, que ainda não está definido, explicou.

Em seu relatório, Benevides deu parecer favorável e manteve o texto do governo. Ele propôs apenas uma alteração pontual, que exclui do corte a compensação fiscal devida às emissoras de rádio e TV pela cessão de horário eleitoral gratuito, por entender que "não configura benefício tributário, mas sim remuneração indireta devida pela União em contrapartida à perda de receita

das emissoras decorrente da cessão compulsória de espaço publicitário."

Benevides preservou a proposta na parte que trata do lucro presumido, mesmo considerando ser esse um "ponto sensível" da proposta. "Embora não seja um gasto tributário estritamente falando, pois não consta no Demonstrativo

de Gastos Tributários, o regime do lucro presumido consiste na aplicação de percentuais de presunções de lucro, sobre o qual incide o IRPJ e a CSLL." Na visão dele, "a empresa optante tende a pagar menos imposto do que se fosse optante pelo lucro real, razão pela qual entendemos merecer a inclusão".

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Copom mantém Selic em 15%

»ROSANA HESSEL

O Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, preferiu ignorar o apelo do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para o corte de juros, feito na véspera e decidiu, ontem, manter a taxa básica da economia (Selic) em 15% ao ano - maior patamar em quase 20 anos -, pela terceira reunião seguida.

A decisão era esperada pelo mercado e foi unânime entre os nove diretores da autoridade monetária, dos quais a maioria (sete) foram indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No **comunicado** divulgado após o término da reunião, o Banco Central manteve o tom duro contra a **inflação** (hawkish), como nas reuniões anteriores, tanto que deixou a janela aberta para aumento de juros ao manter o trecho da nota em que afirma que poderá retomar o ciclo de aperto monetário, se for necessário.

"O cenário atual, marcado por elevada incerteza, exige cautela na condução da política monetária. O Comitê avalia que a estratégia de manutenção do nível corrente da taxa de juros por período bastante prolongado é suficiente para assegurar a convergência da **inflação** à meta" destacou o **comunicado**. "O Comitê enfatiza que seguirá vigilante, que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e que não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso julgue apropriado" acrescentou a nota.

Com esse resultado, os juros básicos brasileiros, em termos reais (descontada a **inflação**), seguem na vice-liderança do ranking global, atrás apenas da Turquia, conforme levantamento da MoneYou e Lev Intelligence, que considera a **inflação** projetada para os próximos 12 meses. O juro real turco ficou em 17,80% ao ano e o brasileiro, em 9,74%. O terceiro lugar no pódio foi da Rússia, com taxa de 9,10% ao ano.

O Copom fez ajustes pequenos nas projeções para a **inflação**. Reduziu de 4,8% para 4,6% a previsão para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano e manteve em 3,6% a estimativa para 2026. No horizonte relevante monitorado pela autoridade monetária, que passou do primeiro trimestre para o segundo trimestre de 2027, a estimativa foi revisada de 3,4% para 3,3%. Além disso, o BC destacou, no **comunicado**, que o ambiente externo "ainda se mantém incerto em função da conjuntura e da política econômica nos Estados Unidos, com reflexos nas condições financeiras globais". E, em relação ao

mercado doméstico, apesar de o crescimento da atividade econômica apresentar uma trajetória mais moderada, o Comitê destacou que "o mercado de trabalho ainda mostra dinamismo" o que contribui para as pressões inflacionárias, especialmente no setor de serviços.

De acordo com analistas, o Banco Central manteve a essência dos comunicados anteriores e fez poucas mudanças no texto, confirmando que o Copom segue cauteloso na condução da política monetária, e, portanto, deverá demorar para iniciar o ciclo de queda de juros que é esperado pelo setor produtivo e pelo governo. Assim, conforme as projeções do mercado, a taxa Selic seguirá elevada no próximo ano e seguirá acima de dois dígitos até 2028.

"A decisão do Copom veio muito parecida com as anteriores. O BC manteve o mesmo tom relativamente duro, dando essa ideia de que, com esse **comunicado**, a Selic não cai neste ano, e só deverá começar a cair no início do ano que vem, porque o Copom tem que perseguir a manutenção da taxa de juros real elevada para a **inflação** convergir para o centro da meta, de 3%"" avaliou Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, em entrevista ao Correio. Ele reconheceu que a economia está desacelerando, mas ainda vai levar um tempo, de fato, para ocorrer uma desaceleração mais efetiva na **inflação**

e de serviços e no mercado de trabalho. Pelas estimativas de Vale, haverá espaço para o início da queda da taxa Selic no começo de 2026, mas os juros básicos não devem cair muito ao longo do ano, devendo encerrar dezembro em 13% anuais. "2026 é um ano eleitoral e como um ajuste, do ponto de vista fiscal, deverá ficar para o próximo governo, o BC vai ter um espaço menor para reduzir os juros, especialmente, porque a janela política será curta"" explicou.

Na avaliação de Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners, o Copom "fez questão de manter o tom duro no **comunicado**, a despeito de reconhecer melhorias recentes no cenário" "Podemos ver isso como "um copo meio cheio, ou um copo meio vazio," mas o mercado deverá se ajustar para um "copo meio vazio", afirmou. Segundo Leal, no primeiro caso, a análise seria de que o BC não teria nada a ganhar ao baixar a guarda na comunicação em um momento em que está observando uma convergência das expectativas de **inflação**. Por outro lado, ao considerar o "copo meio vazio" o Copom "fez questão de manter

intacta a parte do **comunicado** que atrai maior atenção do mercado, como um recado de que não se deve animar muito com o cenário atual, porque ainda temos um bom caminho a percorrer antes de pensar em reduzir os juros.

O economista-chefe da XP Investimentos, Caio Megale, considerou que, em linhas gerais, a decisão do Copom está alinhada o cenário-ba-se projetado pela instituição, que prevê a Selic encerrando 2026 atingindo 12% ao ano, após seis cortes consecutivos de 0,50 ponto percentual a partir de março. "Em nossa visão, as próximas leituras de **inflação** e atividade deverão convencer o Copom de que a política monetária restritiva está surtindo efeito. Assim, em 2026, não será necessário manter o mesmo grau de aperto vigente em 2025" afirmou. Contudo, Megale alertou que a política fiscal expansionista do governo e as incertezas globais "podem exercer pressões sobre a demanda doméstica, o déficit em conta corrente e a **inflação** ao longo de 2026, o que tende a limitar o espaço para o ciclo de corte de juros no próximo ano"

O economista-chefe da ARX Investimentos, Gabriel Leal de Barros, considerou que o **comunicado** foi "bem escrito, com poucas mudanças e preservando o tom hawkish, pavimentando com luva de pelica o início do ciclo de corte" E, por conta disso, manteve a previsão de queda de 0,25 ponto percentual na Selic em janeiro. "Após a divulgação da ata, podemos reavaliar, as ao preservar o tom duro do **comunicado** e manter a política monetária em patamar significativamente contracionista por período bastante prolongado" bem como pela manutenção do trecho de que "os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e que não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso julgue apropriado".

Críticas

Entidades do setor produtivo lamentaram a decisão do Copom. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) afirmou que os juros altos travam o Brasil. "A decisão do Copom de manter a Selic em 15% ao ano é mais um duro golpe na economia e na competitividade da indústria brasileira" disse o presidente da CNI, Ricardo Alban, em nota. A Confederação Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), por sua vez, fez um alerta de que "o prolongamento da taxa básica de juros em patamar elevado ameaça frear investimentos na construção, comprometendo novos lançamentos imobiliários e a geração de empregos"

"A construção é um dos setores mais sensíveis ao custo do crédito e à confiança do consumidor. Uma Selic de 15% por um ciclo longo traz desafios, porque o setor depende de financiamento de longo prazo, e esse custo torna muitos projetos inviáveis" disse o

presidente da CBIC, Renato Correia. No fim de outubro, a entidade revisou de 2,3% para 1,3% a projeção de crescimento do setor devido ao ciclo prolongado de juros altos.

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) também criticou a decisão do BC, uma vez que considera que a manutenção da taxa Selic em 15% ao ano "mantém o ambiente econômico brasileiro sob forte restrição, com efeitos negativos sobre a indústria". "Com a Seuc elevada por mais tempo, as empresas terão mais dificuldade para financiar capital de giro e investir em novos projetos", afirmou Flávio Ros-coe, presidente da entidade.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/11/06/all.pdf>

Governo limita verba para seguro de pescador

Ruan Amorim e Giordanna Neves

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta quarta-feira que a medida provisória (MP) que determina que o orçamento do seguro-defeso em 2025 não excederá R\$ 7,3 bilhões tem como objetivo incorporar ao arcabouço fiscal as regras de evolução dessa despesa. Segundo ele, os recursos disponíveis são suficientes para atender os beneficiários.

"Nós estamos trazendo para dentro do arcabouço fiscal as regras de evolução dessa despesa e entendemos que o recurso disponível é mais do que suficiente para atender absolutamente todos os beneficiários do programa. Não tem ninguém que vai ficar de fora", disse a jornalistas na sede da pasta, em Brasília.

O seguro-defeso é um benefício pago a pescadores fora da época de pesca. Após a Câmara dos Deputados derrubar em outubro a MP alternativa ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o governo federal editou nesta quarta-feira a MP que limita o gasto anual com o programa ao valor autorizado no ano anterior, corrigido pelas regras do novo arcabouço fiscal. Para 2025, a medida fixa o teto de despesas do programa em R\$ 7,3 bilhões.

Neste ano, o orçamento destinado ao seguro-defeso foi de R\$ 6,4 bilhões, valor já integralmente consumido.

A MP também aperta as regras para concessão do seguro-defeso, com exigência de registro biométrico dos beneficiários. Além disso, os pescadores não poderão receber outro benefício previdenciário ou assistencial de natureza continuada, com exceção da pensão por morte, do auxílio-acidente e de transferências de renda.

De acordo com Haddad, essas exigências são necessárias porque o programa precisa de uma governança mais eficiente para aprimorar o processo de cadastro. "Houve mudanças, sobretudo na questão da governança, que é quem vai organizar o cadastro", disse. "A questão é de ordenação da evolução da despesa. Você controla o crescimento forçando uma melhoria do cadastramento do programa. Esse é o objetivo desde o começo."

Segundo técnicos do governo, a demanda reprimida de benefícios em decorrência da limitação do orçamento do programa seria de R\$ 3,7 bilhões. Sem a edição da MP, a despesa obrigatória do programa aumentaria em R\$ 2,8 bilhões - e não em apenas R\$ 900 milhões, valor correspondente ao incremento do teto deste ano. Esse acréscimo pressionaria o governo no próximo Relatório bimestral de Receitas e Despesas, previsto para 22 de novembro, ocasião em que a equipe econômica anuncia congelamento de recursos, para cumprimento das metas fiscais, ou liberação de recursos.

A nova MP foi editada após a Câmara suprimir, na semana passada, o dispositivo que limitava o pagamento do seguro-defeso à dotação orçamentária. Esse trecho fazia parte do pacote de contenção de despesas incluído na MP do IOF. Após a derrota, foi transferido para um projeto de lei, ainda pendente de análise no Senado.

Como a Constituição proíbe a reedição de uma MP com o mesmo teor na mesma legislatura, o governo optou por contornar essa restrição ao vincular o crescimento do orçamento do seguro-defeso ao arcabouço fiscal. Isso significa que o valor será corrigido pela inflação, com possibilidade de aumento real de até 2,5%.

Questionado sobre a possibilidade de a MP do seguro-defeso caducar assim como a MP alternativa ao IOF, o chefe da equipe econômica disse que o governo poderá editar mais uma vez o novo texto em fevereiro de 2026 e que acredita que a formulação será bem recebida pelo Congresso Nacional. "Se ela caducar, será no ano que vem. Se isso acontecer no ano que vem, o governo está autorizado a editar a mesma medida provisória", ressaltou o ministro da Fazenda.

A proposta de limitar o orçamento do seguro-defeso segue a mesma lógica do Bolsa Família, em que a ampliação do número de beneficiários só ocorre se houver espaço fiscal disponível. A mudança busca transformar o benefício em um gasto sujeito ao limite orçamentário, permitindo maior controle sobre sua execução.

Além disso, de acordo com o texto publicado nesta quarta-feira, para se habilitar ao benefício, o pescador deverá apresentar ao Ministério do Trabalho e

Emprego (MTE) a cópia dos documentos fiscais de venda do pescado à empresa adquirente, consumidora ou consignatária da produção. Nessa documentação, precisará estar o registro da operação realizada e o valor da respectiva contribuição previdenciária referente.

A MP estabelece ainda que o MTE deverá divulgar mensalmente uma lista com todos os beneficiários do seguro-defeso, detalhados por localidade, nome, endereço, número e data de inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP).

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

'Precisamos fazer da floresta uma nova vocação econômica'

Camila Zarur

O governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), vê a COP30 como uma oportunidade de colocar a Amazônia no centro do debate global. O anfitrião da conferência em Belém reconhece que houve dúvidas sobre a realização do evento, mas afirma que a escolha da capital paraense possibilitou investimentos à região que, se não tivesse sido escolhida como sede do fórum, poderiam levar décadas para chegar.

Com encontro dos líderes da COP30 começando nesta quinta-feira (6), Helder defende a diplomacia e a parceria com a iniciativa privada para "driblar" a ausência do presidente americano, Donald Trump.

A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor:

Valor:

Helder Barbalho: A expectativa é que haja avanços em metas cada vez mais ambiciosas e que correspondam às urgências climáticas. Espero que se extraiam efetivos gestos de ampliação do financiamento climático por parte dos países desenvolvidos. E que, ao revisitar as metas do Acordo de Paris, nós possamos deixar claro a necessidade de uma mobilização global cada vez mais urgente, sobretudo diante da recorrência de eventos climáticos e da elevação da temperatura no planeta. E, claro, queremos que, dentro da agenda Amazônia, as soluções baseadas na floresta e na natureza possam estar no centro das discussões. Isto é, mercado de carbono, bioeconomia, pagamento por serviços ambientais. Espero que possamos criar condições de gerar valor para a floresta viva e, ao mesmo tempo, fazer apontamentos para a transição energética. Acho que são agendas importantes que compõem em larga escala as dimensões para

O que esperar da COP30?

conter os danos e os avanços das mudanças climáticas. Sem desconhecer, por óbvio, a necessidade das agendas urbanas, da resiliência e da adaptação climática. A expectativa é muito positiva de que seremos capazes de fazer, a partir da reunião dos líderes, um documento que mostre que a COP na Amazônia deixará um legado para a humanidade.

Valor: Como fica a conferência dentro desse cenário em que há pressões por um acordo satisfatório de um lado e ausências de nomes como Donald Trump?

Barbalho: Temos que valorizar a diplomacia, buscar o diálogo e, acima de tudo, combater o negacionismo climático. Essas são bases necessárias para que possamos ter lucidez nas tomadas de decisão e, acima de tudo, prioridade nas agendas urgentes. Também temos que valorizar o diálogo com a iniciativa privada. Por exemplo, os Estados Unidos, como maior potência econômica do mundo e maior emissor de gases de efeito estufa, devem estar conectados nesta agenda a partir de compromissos ambientais das companhias privadas americanas. Se formos capazes de fazer este movimento, nos conectar com o setor privado americano, certamente já teremos uma extraordinária contribuição; seja para a mudança de matrizes emissoras, seja para o financiamento para a neutralização [das emissões]. Portanto, eu creio que, sob um ângulo político, é muito importante que nós possamos encontrar meios que possam driblar, no bom sentido, os obstáculos, valorizando os interlocutores que estão ativos nesta agenda. Para citar outro exemplo, a Califórnia tem um **PIB** semelhante ao do Brasil e deve ser enxergada como um player importante. O governador da Califórnia [Gavin Newsom] estará reunido comigo nos próximos dias para firmarmos um acordo, uma parceria entre o Pará e o Estado americano. Portanto, tem uma demonstração clara de que uma potência subnacional americana, que esteve sempre conectada à agenda climática, se dispõe a saltar

qualquer adversidade diplomática e política que os Estados Unidos como governo central possam impor como obstrução desta agenda.

Valor: Havia dúvidas se haveria infraestrutura, inclusive de hospedagem, em Belém. Há também uma expectativa grande do governo federal para que a conferência dê certo. Como avalia essas questões?

Barbalho: Não tenho dúvida de que já deu certo. Tenho absoluta convicção e certeza de que, primeiro, foi uma decisão acertada [trazer o evento para Belém]. Quando provoqueei o presidente Lula nesse sentido, tinha a absoluta compreensão de que esta era uma oportunidade única de posicionar a Amazônia, não apenas na ótica temática, mas na vida real, podendo

conectar a Amazônia com o mundo, podendo colocar o mundo na Amazônia para falar e construir soluções para a nossa região. Passados dois anos de preparação, nós demonstramos que era possível [realizar a conferência], a partir de um extraordinário esforço conjugado dos governos federal, estadual e municipal, da sociedade como um todo. Acho que, ao tempo em que se gerou uma expectativa, se gerou uma dúvida, o Brasil também se conectou em torno deste momento. Estou absolutamente convicto de que, por um lado, nós teremos uma COP que deixa um legado extraordinário na agenda climática e, por outro, há também o simbolismo de realizar pela primeira vez a COP no Brasil. E escolher a Amazônia deixará um legado para a Amazônia, para Belém e para o Pará. Nós honraremos a confiança de todos os brasileiros. Valor: Qual é esse legado? Barbalho: Para Belém, fica um legado extraordinário de uma cidade que ganhou investimentos que certamente, se não fosse a oportunidade deste evento, muito provavelmente aguardaríamos por algumas décadas por eles. E isto tudo se conectou; investimentos em infraestrutura, investimentos públicos, investimentos privados. E o posicionamento de Belém. A cidade passa a ser vista pelo mundo. Se torna uma cidade melhor para quem vive nela. E a sociedade abraçou e se adaptou a este momento, se preparou para esta agenda e para esta oportunidade. Portanto, você tem uma elevação de qualidade de infraestrutura de cidade e uma elevação de comportamento da sociedade a partir desta extraordinária

visibilidade.

Valor: E o legado para o Estado e para a Amazônia?

Barbalho: O chamamento de soluções baseadas na natureza deve ser visto como uma oportunidade extraordinária. Nós vamos lançar, já nos primeiros dias da COP, o Vale Bioamazônico de Tecnologia para que possamos, no dia seguinte à conferência, construir cada vez mais uma agenda de transformação da biodiversidade e da riqueza da Floresta Amazônica para agregação de valor. Com isso, queremos gerar riqueza e economia baseada na riqueza da floresta viva. Da mesma forma, queremos também cada vez mais impulsionar o mercado de carbono. Para que, através desse mercado, possamos em escala gerar pagamento por serviços ambientais que remunerem quem protege a floresta a partir do ato de combater a ilegalidade e de reduzir o desmatamento. Que isto gere uma nova commodity global, inclusive como solução para as metas de neutralização de emissões. E que práticas produtivas possam ter integridade na sua atividade através de rastreabilidade, para que possamos garantir a quem consome ou a quem adquire que são atividades oriundas de unidades rurais legais ambientalmente. Portanto, um contexto

diverso que permite essa conexão de manter a floresta viva e fazer disto

uma nova vocação econômica para o Estado. Até porque nós defendemos e só acreditamos que seja possível a agenda de sustentabilidade ambiental se estiver conectada a soluções sociais. Não é possível desconectar isso. Imaginar que nós vamos ser capazes de transformar a Amazônia num santuário ambiental e fazer com que a sociedade esteja desconectada disto gerará uma crise social, que muito provavelmente vai conflitar com a estratégia da preservação florestal. Por isso nós temos sempre trabalhado em soluções que cuidem das pessoas a partir exatamente desta socio-bioeconomia.

Valor: Gerar valor significa que a floresta seja vista como algo a ser preservado, mas que também sirva como fonte de renda?

Barbalho: Exatamente. Nós precisamos fazer da floresta uma nova vocação econômica para os territórios que possuem esta riqueza extraordinária. E isso não deve ser visto como filantropia, deve ser visto como atividade econômica. Como oportunidade econômica. É nisso que nós estamos trabalhando, buscando construir legislações e garantir estabilidade e previsibilidade. Para fazer um ambiente que possa atrair todos aqueles que estão conectados nesta agenda. E que o Pará seja esse "cluster", esse grande "hub" de atividades baseadas na natureza.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>